



Anais da Assembleia

N.º 140

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 130.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1984.

(Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada e Tadeu Lúcio Machado. (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Fuad Nacli, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César, Ervin Bonkoski, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (15).

Verificada e existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício

OFÍCIO S/N.º

Senhor Presidente.

Através do presente expediente venho à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que as Mensagens n.ºs 236, 273, 276, 278 e

279/84, com os respectivos anteprojetos de leis, sejam restituídas a este Poder Executivo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador em exercício

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após o Plenário, dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 375/84 e que não sofrem emenda na sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI e GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, votação nominal para o Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei n.º 222/84, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a inversão para discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Balduino dos Santos, ocorrido no último dia 13 de dezembro.

O extinto era natural de Morretes, onde nasceu a 4 de setembro de 1914. Deixa viúva a Sra. Nadir de Oliveira Santos, e os filhos Almir de Oliveira Santos, funcionário desta Casa de Leis, e Sra. Lucélia Santos Francoski.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente

sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dolores Krajewski, ocorrido na madrugada de hoje.

A extinta era esposa do Sr. José Krajewski, Vereador de Rio Negro, deixando os filhos Lourival, José Euclides e João. Natural de Rio Negro, era pessoa muito estimada, sendo respeitada pelo grande apego à família e aos amigos.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador de Toledo, Sr. Waldomiro Franco de Souza, ocorrido no dia 13 de dezembro.

Requer ainda que seja enviada cópia à Câmara Municipal de Toledo e para seus familiares na pessoa de seu filho Carlos de Souza na Rua Amazonas, 117 - Distrito de Ouro Verde - Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O Vereador Waldomiro Franco de Souza sempre pautou sua vida em prol do desenvolvimento da comunidade de Toledo, consagrando sua vida para o bem comum.

Seu falecimento prematuro, enluta não só seus familiares, mas como toda a população de Toledo e do Oeste paranaense, onde Waldomiro sempre angariou amizade e simpatia pelo seu exemplo de vida, como pai, político e ser humano humilde e bom.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, inserção em ata nos trabalhos de hoje, voto de congratulações para as solenidades de aniversário do Regimento Coronel Dulcídio, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Tenente Coronel CESAR AUGUSTO VALENTE AYMORE, à Polícia Militar do Paraná, Regimento da Polícia Montada, à Rua Conrad Adenauer n.º 1166, Bairro Tarumã.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO para o Município de Jardim

Alegre, pelo transcurso do seu aniversário, em 19 de dezembro de 1984.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Senhores: ALZEMIRO FRANCISCO RECH, Digníssimo Prefeito Municipal, e JUVENTINO LOPES PEREIRA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de Emancipação Política do Município de Pinhão, ocorrido dia 15 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado Ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de regozijo e manifestação de cumprimentos à pessoa do Senhor Prefeito Municipal de Arapoti, LUIZ FERNANDO DE MASI, extensivo à comunidade local, pela passagem do 29.º Aniversário de Emancipação Política daquele progressista município, comemorado nesta data.

Requer, ainda, que desta decisão, seja dado Ciência ao Senhor Prefeito Luiz Fernando de Masi.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que os expedientes que se encontram em anexos, sejam encaminhados ao Poder Executivo, como sugestão, a fim de que possam merecer o devido estudo e avaliação quanto às suas aplicações como programa ou meta de governo.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, urgência nas providências no sentido de propiciar à seção do Instituto de Identificação do Paraná, sediada em Londrina, instalações adequadas e pessoal necessário, por parte da Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Instituto de Identificação do Paraná Secção de Londrina, localiza-se em dependências da 2ª Delegacia Distrital (Vila da Fraternidade), impróprias e ineficientes.

O intenso atendimento ao público, apesar da boa vontade dos atuais funcionários e chefia de secção, vem sendo feito precariamente. São centenas de pessoas que diariamente procuram os serviços do Instituto de Identificação do Paraná. A própria imprensa já divulgou noticiários relatando a situação presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando estudos visando a urbanização da Rodovia do Xisto - BR 476 - trecho que abrange o perímetro urbano do Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a referida rodovia compreende área urbana daquele município, cujos esforços concentram-se na melhoria de todos os setores do mesmo, a medida de urbanização viria ao encontro dessas intenções, beneficiando o aspecto físico da cidade e proporcionando maior segurança ao pedestre.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado dos transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando estudos urgentes com vistas à conclusão da PR 423, trecho compreendido entre as BR 476 e BR 116, que liga Araucária a Mandirituba.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A conclusão da PR 423 vem atender antigos anseios das comunidades de Araucária e Mandirituba, que necessitam de maior facilidade no acesso de um município para outro, com maior rapidez e segurança, haja vista o intenso intercâmbio existente entre os mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando obras de revestimento primário da estrada secundária que interliga o Distrito de Marisa, Município de São

Pedro do Ivaí, à PR - 546, Município de Itambé, numa extensão de 8 (oito) Km.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Sendo uma área densamente povoada, o revestimento primário desse trecho rodoviário, irá trazer melhoria no escoamento da produção agrícola, facilitando a vida de inúmeros pequenas propriedades rurais.

Objetiva, ainda, a presente reivindicação, atender o pedido do Vereador Antonio Bóbbio que visa beneficiar os produtores da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Secretária de Educação, Professora Gilda Poli, solicitando providências urgentes na reforma das escolas estaduais no Município de Cascavel, mandando fazer imediato levantamento das necessidades materiais de cada estabelecimento de ensino localizado naquele município.

Pede ainda, envio de cópia do expediente à Câmara Municipal de Vereadores de Cascavel, e ao Líder da Bancada do PDS, Vereador Dercio Galafassi.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O mal estado de conservação da quase totalidade das escolas estaduais em Cascavel já provocou inúmeros debates na Câmara Municipal de Vereadores. Do mesmo modo vários foram os expedientes enviados à Secretaria Estadual de Educação que permanece insensível às justas reivindicações das famílias e lideranças de Cascavel que, juntas buscam sensibilizar o Governo para a solução do problema.

Toda a luta, supra-partidária e voltada para os interesses maiores do município na área do ensino, tem resultado vã, em virtude do governo fazer-se de surdo aos justos apelos da laboriosa população de Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, na pessoa da professora Gilda Poli, solicitando providências para que o Governo do Estado assuma o ensino do 1.º grau no Município de Cascavel, especialmente da 5.ª a 8.ª série, diante das enormes dificuldades enfrentadas pelo município, de acordo com as declarações do próprio Prefeito Municipal.

Requer ainda, envio de cópia deste expediente ao Prefeito Municipal de Cascavel e à Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cascavel é aquele que, seguramente durante todos os governos, menos recebeu e recebe ajuda em benefício do seu programa de ensino em todos os níveis.

Escolas estão sendo desativadas gerando apreensão e desassossego nas famílias cujos filhos, a cada ano, encontram dificuldades para auferirem conhecimentos e direcionarem suas vidas para um futuro ilustrado nos bancos escolares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a transcrição nos Anais da Casa do documento que anexamos ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 383/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado no Município de Marilândia do Sul, o Distrito Administrativo de Mauá, com as seguintes divisas:

Começa no Rio das Antas na Foz do Rio Piaí-Mirim, pelo qual sobe até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente da Água do Robertão e por esta abaixo até sua foz do Rio Bom de onde segue por este acima até a foz do Córrego Água Amarela pela qual sobe até sua nascente, daí alcança a estrada BR - 376 de onde segue em sentido Marilândia do Sul até atingir o Ribeirão Lajeado, seguindo por este acima até sua nascente, daí por uma linha seca alcança a nascente da Água do Fortunato, por este abaixo até o Ribeirão Santa Cruz pela qual desce até sua foz no Rio Apucarantina confrontando aí com o Município de Londrina, deste ponto sobe o Rio Apucarantina até a foz do Rio Valêncio e por este acima até sua nascente, de onde alcança contra vertente que é um afluente do Rio do Meio, descendo o referido afluente até sua foz no Rio do Meio e por este abaixo até a Foz do Rio Preto, pelo qual sobe até sua nascente direita de onde alcança a cumiada da Serra de Apucarana seguindo a mesma até confrontar a nascente do Rio das Antas, pelo qual desce até alcançar o Rio Piaí-Mirim; ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Mauá já é, nos dias atuais, uma realidade constatável, grandemente progressista. Tem na sua laboriosa e dinâmica população, uma garantia de que o atual elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim acelerado.

Este projeto é a primeira de uma série de medidas que podem e deverão ser tomadas para

atender aos anseios e necessidades do futuro Distrito Administrativo.

Razão pela qual, pedimos aos nobres Pares, o devido apoio para o presente plano de lei, como também a sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 384/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito ao Des. JAMES PORTUGAL MACEDO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

O Des. JAMES PORTUGAL MACEDO, filho de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e Clotilde Portugal Macedo, nasceu em 28 de agosto de 1901, na cidade de Campo Largo.

Casado com Maria Luiza Romaguera Macedo, teve 4 filhos: Sarita, Raquel, Maria Luiza e Francisco Luiz.

Em 13 de dezembro de 1924, formou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Paraná, em Curitiba, tendo frequentado todo o curso de Direito como único aluno matriculado, fato este devido ao não reconhecimento da Faculdade pelo Governo Federal.

Após formado, exerceu por um ano o cargo de auxiliar de Procurador do Município de Curitiba. Em 1926 foi nomeado Promotor Público de Castro, depois foi para São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Curitiba. Em 1931 foi designado Primeiro Suplente de Juiz de Direito, e como tal funcionou em Cerro Azul, sendo mais tarde efetivado no cargo por concurso. Foi removido para São Mateus do Sul, exerceu suas funções de Magistrado em Palmeira, São José dos Pinhais e Curitiba, onde serviu na 3.ª Vara Criminal e na 1.ª Vara Cível, acumulando o cargo de Diretor do Fórum.

Em abril de 1957 foi nomeado Desembargador, de cujo cargo aposentou-se em março de 1962, com mais de 40 anos de serviço público. É autor das Obras: "Direito Aplicado; Sugestão à Lei de Falência", publicado na Revista Paraná Judiciário; "Sugestão ao Código de Processo Civil" em 1937; "Subsídio para a História de Palmeira"; "Sugestão ao Código de Processo Penal e Comentários ao Anteprojeto do Código Cível" do Professor Orlando Gomes, publicados na Revista Fórum do Paraná. Escreveu ainda três volumes do livro "Prof. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e sua Obra", em homenagem a seu progenitor, no qual além de mencionar fatos memoráveis de sua vida, dá um rico vislumbre de importantes acontecimentos da história paranaense, em que o mesmo tomou parte.

Sempre atento aos problemas sociais, mobilizou as comunidades de Cerro Azul e Palmeira, na construção de hospitais e também deu assistência em todos os municípios por onde passou, aos menores e aos

necessitados.

Não poderia ter seguido outro caminho senão o de seu pai, o eminente Professor Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, nascido em Itaqui, próximo a Campo Largo, em 05 de julho de 1872. Com apenas 14 anos de idade, em 1886, por ocasião da inauguração do Passeio Público, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo pediu a palavra e recitou versos de sua própria lavra. Foi um dos fundadores da Universidade; do Paraná e, na Faculdade de Direito, lecionou quase todas as cátedras. Em 1929 foi convidado pelo Doutor Afonso Camargo para o cargo de Consultor Geral do Estado, que anos depois foi denominado Advogado Geral do Estado.

Não restam dúvidas de que o Des. James Portugal Macedo deve a seu progenitor boa parte de seus conhecimentos, os quais foram utilizados em benefício da comunidade paranaense.

Assim sendo, justo se faz conceder o Título de Cidadão Benemérito a tão ilustre paranaense, que tanto tem honrado sua terra natal.

PROJETO DE LEI Nº 385/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados do cumprimento da jornada de trabalho diário, os funcionários estatutários, celetistas ou comissionados dos órgãos públicos, companhias mistas e autarquias, que, estiverem prestando Concurso Vestibular, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 2º - A dispensa de que trata o Art. 1º só será concedida durante os dias da execução do Concurso Vestibular.

Parágrafo Único - Para a concessão da dispensa, o funcionário deverá apresentar a ficha de inscrição, nos seus respectivos órgãos de lotação.

Art. 3º - Através do decreto governamental, o disposto nos art. 1º e 2º serão regulamentados 30 dias após a publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

As possibilidades de ascensão social e cultural estão ligadas diretamente às possibilidades que o jovem possa ter de se profissionalizar.

O ingresso na Universidade é o anseio de grande parte da população, embora a política educacional no Brasil esteja cada vez mais longe de corresponder, a demanda potencial para o seu efetivo desenvolvimento como Nação soberana.

O próprio Concurso Vestibular é uma triagem que confirma, além de outras distorções, a falência do ensino de 1º e 2º graus, no nosso País.

A avaliação injusta, dos conhecimentos adquiridos, com o balanço da capacidade de aprender os famosos "macetes" dos cursos, mais do que a real capacidade

para a profissionalização graduada. Mesmo com as dificuldades que fazem dos cursos universitários um privilégio de classe, muitos colocam no portal da Universidade, as suas esperanças e lutam desesperadamente pelo ingresso. Não é justo portanto, que fiquem ainda a mercê da boa vontade dos diretores ou chefes, na dependência do seu bom ou mau humor, todos os que se propõem a concorrer a uma vaga nos cursos oferecidos.

Assim, o plano de lei que propomos, assegura uma unidade de procedimento, regulamentando a dispensa específica, aos funcionários vestibulandos, proporcionando-lhes a tranquilidade para que concorram tantas vezes quantas forem necessárias.

PROJETO DE LEI Nº 386/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos do Excepcional" - APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Cruzeiro do Oeste, entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente regulada sob n.º 25, do Livro A - 1 de Pessoas Jurídicas do Cartório de Títulos e Documentos de Cruzeiro do Oeste e desde a sua fundação vem cumprindo fielmente com as finalidades assistenciais a que foi proposta.

A documentação que acompanha o presente Plano de Lei, comprova sua existência legal, como também preenche os requisitos da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Isto posto, solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa, seu apoio, como também sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podemos, nem devemos baixar as nossas cabeças perante um passado comprometido com o povo!

Fizemos uma campanha comprometida com a redemocratização do País; fizemos uma campanha de comprometimento popular; fizemos uma campanha, uma jornada para a renovação de esperanças para um povo já calejado, já desesperançado de tantas falcaturas imoralidades, por tantos desmandos, por tanto

desrespeito aos anseios e às expectativas populares!

Ontem, neste plenário, e neste Parlamento, talvez por descuido dos companheiros de bancada, foi aprovada uma imoralidade com a qual nós não compactuamos e quando nos retiramos do plenário era para não dar número suficiente para podermos dialogar com os companheiros de bancada. O Paraná está cheio e realmente insatisfeito com a política de subserviência aos interesses maiores, e ontem, mais uma vez o Senhor Deputado Anibal Khury fez aprovar o seu bel-prazer a emenda por ele apresentada, para apaniguar funcionários, altamente remunerados do Tribunal de Contas do Paraná!

Se tenho dívidas a prestar, eu prestarei, mas não tenho medo dos funcionários graduados do Tribunal de Contas, e espero que meus companheiros de bancada também não tenham, e hoje, não aprove esta imoralidade que está aqui em 4.^a Discussão, para aprovar uma apaniguação em detrimento de um povo que está sub-empregado, em detrimento de um povo que está mal remunerado!

Senhores, nós não fomos aliás eu não fui à praça pública para conviver com falcatruas!

Salário merece quem trabalha!

Quem não trabalha não merece a aposentadoria justa pelos seus anos de serviços não prestados.

No entanto, esta emenda que se aprovou ontem em 3.^a Discussão, e hoje vai para a 4.^a, não pode merecer o respeito dos Parlamentares deste Parlamento!

A aposentadoria, ou procuradoria, em disponibilidade recebendo doze milhões de cruzeiros, aproximadamente, para não fazer nada, isto é escarrar na face do povo!

Não posso admitir, nem conceber que os meus companheiros de bancada, e até os dignos representantes do PDS, possam votar favorável à essa imoralidade! Essa imoralidade que o Tribunal de Contas investiu de repicão e repiquinho uma imoralidade que nenhum funcionário público do Brasil possui!

Gente, desculpe-me o linguajar, mas vamos ter vergonha na cara e rejeitar essa proposta aqui, este apanigamento de altos funcionários do Tribunal de Contas, isso é um desrespeito para com o povo do Paraná!

Não posso conceber que homens eleitos e baseados numa esperança popular de moralização, de moralidade de trato honesto com a coisa pública possa aprovar essa imoralidade, já desmoralizada pelo Supremo Tribunal Federal, e dizem que iriam voltar a trabalhar. Deixá-los em disponibilidade é uma "safadeza" da nossa parte, com a qual eu não compactuo.

Senhores, o Tribunal de Contas investiu contra a Assembléia, pois o Tribunal de Contas é um órgão fiscalizador e puramente técnico, para dizer se as coisas estão certas, ou não estão.

Perguntaria. Quem é que tem medo do Tribunal de Contas?

Eu não tenho, as minhas contas estão aí para serem provadas, se necessário for. Agora, pedir moralidade a este nível, caracteriza a credibilidade até do Tribunal de Contas, quanto mais do Deputado

que a apresenta.

Podem dizer o que quiserem, mas não é o Tribunal de Contas que precisa de 12 milhões de cruzeiros para cada um, dos sem disponibilidades. Quem precisa, pelo menos de um salário-mínimo, são dezenas e milhares de trabalhadores desempregados no Paraná. Lamento muito que seja um Deputado do meu partido, Deputado Anibal Khury que tenha tido a coragem de nos afrontar, querendo que essa Assembléia, silenciosamente, aprovasse essa imoralidade. Eu não aprovarei. Se ontem me retirei, era para poder conversar, e repito, com os Deputados da minha bancada, para não conviver com uma imoralidade deste nível. Nós somos Deputados do povo, não Deputados acovardados, ou membros do Tribunal de Contas, pois, se o Tribunal de Contas tem autonomia; se o Tribunal de Contas tem autoridade, tem direito legal de examinar as contas da Assembléia, por mim que venha examinar, e nós também iremos examinar os patamares das imoralidades que eles têm praticado ao longos dos anos. E o Paraná inteiro sabe disso, mas tem medo, tem medo do Tribunal de Contas. Eu só tenho medo dos castigos de Deus.

Procuro viver com dignidade para não temer os imorais que tentam afrontar, mais uma vez, e permanentemente a dignidade de um povo já massacrado e escorçado.

Espero que este Parlamento não aprove esta 4.^a Discussão, para que o Paraná inteiro não se envergonhe dos Deputados que elegeu.

Quanto trabalhador, quando Senhor idoso buscando trabalho, buscando uma oportunidade de trabalho. Ora, porque o Senhor Emílio Gomes foi o Governador biônico do Paraná, merece essa regalia? Não merece, não. Merece muito mais um camponês que não tem terra e está aí acampado para esperar um pedaço de chão para plantar a semente que vai gerar fortuna para o Paraná.

Não são estes homens, toda vez e toda vida, acobertados pelo poder, usufruindo dele e a ele manipulado. E nós temos que prestigiar. Nós temos que prestigiar, Senhores Deputados, são os homens humildes que não têm tido vez, não têm tido voz, e não têm tido os "Anibais Khurys" da vida para apresentarem projetos e emendar para redimirem-nos da miséria, da fome e do analfabetismo.

Desgraças estas que estão aí a avassalar o Paraná e avassalar o Brasil.

Para os poderosos sempre surgiu um Deputado. Para os humildes, jamais surgiu um Deputado. Mas, nós haveremos de mostrar; e de repente, não mais que de repente, vai surgir alguém com coragem suficiente para defender o trabalhador. Os homens encastelados na contabilidade de um Tribunal de Contas não haverão de nos amedrontar. Os homens encastelados nas altas mordomias conquistadas nos vinte anos de arbítrio e de autoritarismo; os homens que se locupletaram da Nação e do Estado, estes homens vão de repente ter que colocar duas coisas, com a mão na consciência e o pé no chão, para saber que eles têm que prestar contas à consciência

da Nação brasileira, e pôr os pés no chão, para sentir a nova realidade, que começa a surgir no solo pátrio.

Senhores, é revoltante que um filho de camponês venha para este Parlamento, para sentir vergonha de nele permanecer. É entristecedor que eu não veja a Bancada do PDS, que deveria fazer oposição às imoralidades, ou aos erros que o meu Partido, ou o meu Governo possam praticar. Não tenham feito, ontem, contra esta imoralidade que beneficia os apaniguados maiores do Tribunal de Contas. Entristeço-me que o PDS não exerça a sua função maior de oposição às coisas erradas, mas coniva com elas, como se justas fossem, quando eles sabem que não são justas, quando eles sabem que vai em detrimento da dignidade jurídica do Paraná e deste Parlamento.

Nós não podemos silenciar, com relação a este episódio vergonhoso do Tribunal de Contas, e tenho sabido que apenas cinco Deputados: o Roberto Requião, que ficou em Plenário, eu, o Deputado Annibelli, Deputado José Antônio Fonseca e o Deputado Acir Mezzadri, iam se retirar para não dar número, para nos podermos conversar, para que esta imoralidade não fosse aprovada.

Gente, o Paraná está de olho em todos nós. Ou nós somos honestos, ou vão-nos passar um atestado definitivo de "safadeza", de imoralidade e de desavergonhamento.

Concedo a palavra ao Deputado que está na Liderança do PDS.

O Sr. Gilberto Carvalho - Eu agradeço, ilustre Deputado, mas lembrando Vossa Excelência, que a Bancada do PDS está nesta Casa dentro da sua posição, e fazendo oposição, e discordando com Vossa Excelência, de que o PDS não concorda com imoralidade. Maior imoralidade foi o Orçamento que foi aprovado nesta Casa, e que a Bancada toda do PMDB votou como uma "vaca de presépio", e nós nos manifestamos, e foi aprovado sem uma vírgula alterada sequer, por aprovação da sua Bancada. Por isso, Vossa Excelência não pode querer vir dar lição à Bancada do PDS.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Gostaria de responder ao ilustre Deputado, que esta imoralidade aprovada ontem, em 3ª Discussão é passível de ação popular. O Orçamento do Estado não é. O Governador tem um mandato popular para administrar e gerir o, bem comum, e a ele nós devemos creditar a credibilidade que o povo a ele creditou. Por isso, nós aprovamos o Orçamento. Se dentro da aplicação deste Orçamento, ilustre Deputado, houve imoralidade, aí sim, Vossa Excelência pode arguir a imoralidade da aplicação, mas, nunca, a imoralidade da credibilidade que se dá a um Governador, eleito pelo povo do Paraná, num pleito democrático e histórico, que vai ficar gravado na história do Paraná.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Jorge

Maia Filho.

O Sr. Jorge Maia Filho - Nobre Deputado, é por demais conhecida, nesta Casa, a eloquência de Vossa Excelência, a garra com que defende os seus princípios e as suas idéias. Estava ouvindo, atentamente, o seu pronunciamento. Não quero, na realidade, entrar no mérito da questão. Apenas, salvaguardar dois itens do seu pronunciamento: acho que Vossa Excelência excedeu-se um pouco ao dirigir-se ao Deputado Anibal Khury, como os "Anibais Khurys" da vida. Creio que o Deputado Anibal Khury tem um passado político no Paraná, que deve ser respeitado. Creio que o Deputado Anibal Khury tem o direito de apresentar emendas e projetos que podem ser aprovados ou rejeitados. Mas, nunca, vilipendiada a sua honra! Vossa Excelência tentou fazê-lo.

Segundo item: Vossa Excelência disse que "A todos os Deputados que votarem nesta emenda, estarão passando um atestado de imoralidade e atestado de irresponsabilidade e, mais, um atestado de desonestidade".

Eu quero aqui dizer a Vossa Excelência que votarei favorável à emenda, e não aceito, de forma alguma, que me chamem de desonesto e irresponsável.

Por isso, quero deixar aqui, gravado nos Anais da Casa, que votarei favorável, e a pecha de desonesto e irresponsável, não aceito de quem quer que seja, apesar da eloquência de Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Olhe, não me causa a menor surpresa.

Vossa Excelência sempre defendeu um regime desonesto. Para Vossa Excelência, ser desonesto e...

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa Excelência permite mais um aparte?

Desonesto é Vossa Excelência, e não prova, de forma alguma, um ato desonesto de minha parte! Quero que Vossa Excelência coloque-se no seu lugar! Ponha-se no seu devido lugar!

(Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. JORGE MAIA FILHO (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Eu não poderia aceitar, passivamente, as acusações que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado vem fazendo à minha pessoa, chamando-me de desonesto

e de corrupto, porque desde o começo de seu pronunciamento, eu o respeitei num aparte, dizendo que ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Não procede a questão de ordem levantada por Vossa Excelência e Vossa Excelência tem a oportunidade do aparte.

Com a palavra o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALECAR FURTADO - Eu

gostaria de responder o aparte, dizendo que eu sempre fui um homem contra esta revolução, porque esta pautou a sua vida pela imoralidade, pela corrupção, pelos crimes e pelo banditismo. Foi uma revolução sangrenta, de torturadores, e, pior, do que isso, uma revolução de torturados, uma revolução de cassados, uma revolução de assassinados e uma revolução, pior do que tudo, que implantou no Brasil o regime da corrupção, e corrupto tem sido este Governo que ainda hoje aí está, com o Senhor Delfim Neto a massacrar a economia deste País, e pensando que este País é uma Colônia ou uma Capitania Hereditária dele, faz dela, Pátria brasileira, "gato e sapato"!

Mas, a Nação está se levantando para dizer que, os "Delfins", que os Generais e que os ditadores não terão mais vez, porque, vez, vai ter o povo do Paraná e, vez vai ter o povo do Brasil, que vai começar, após Tancredo, a eleger o seu Presidente da República e os seus demais mandatários!

Não me constrange e nem me surpreende, ouvir, de um Deputado do PDS, o apoio a esta imoralidade!

Vinte anos de imoralidade!

Ora! Meu Deus! Um a mais, para eles não faz diferença, para mim é que faz, e muita, muita diferença porque nunca fui conivente com a corrupção, nunca fui conivente com a imoralidade.

Não vim a este Parlamento, para tremer, mas vim, para temer os corruptos, porque, a força da corrupção neste País tem sido avassaladora, tem sido destruidora, tem destruído princípios! A corrupção neste País, tem destruído a moral, tem destruído a confiança do brasileiro, na própria Nação, é o corruptor que está aí, representado e matobem, no seu corruptor maior destruído e derrotado pelo anseio de uma Nação que deseja o outro lado da dignidade humana - a honestidade!

Está aí o Senhor Paulo Salin Maluf, corruptor maior, destruído pelo pensamento uníssono de uma Nação sofrida, que espera um novo tempo e uma nova era!

Com esta força imensa da corrupção, está lá na Bíblia, "o bem, prevalecerá, ao final dos tempos, os corruptos, os imorais têm o seu tempo, a sua vez, a sua oportunidade, mas não têm a vitória definitiva, a vitória definitiva, está do lado da bondade e da justiça!

O Sr. José Antônio Fonseca - Vossa Excelência

permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, como Vossa Excelência, eu, como ontem e nesta tarde, sinto-me vexado.

Neste curto mandato que o povo nos concedeu, o povo do Paraná, nas urnas em 82 e que, atendendo ao apelo ao discurso do nosso Partido, o PMDB, elegeu, depois de tantos anos de arbítrio, um Governador eleito pelo voto popular, desse mesmo Partido que nós, depois de tantos anos de luta contra a ditadura militar instalada depois de 64, e que todas as ditaduras marcam profundamente todo tipo de sociedade como marcou a nossa, principalmente com a qualidade da corrupção instalada em nosso País, e nós, nobre Deputado, do glorioso Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no nosso discurso de palanque e no nosso - principalmente - programa e no nosso Estatuto, pregamos a moralidade, pregamos um programa de radicais mudanças, principalmente neste Estado que, por quase vinte anos, foi comandado por meia dúzia de pessoas que se diziam iluminados, e donos deste Paraná; e, a maioria do eleitorado do Paraná atendeu ao apelo, ao chamamento do do PMDB, e elegeu um Governo, e nós, da Bancada do PMDB que também estivemos nos palanques, ontem e hoje, como eu disse, nobre Deputado, eu me sinto envergonhado que a minha bancada atenda um apelo de um Substitutivo em que não atende aos interesses do nosso Partido, que não atende aos interesses do Programa do nosso Partido, nobre Deputado, e eu não sei como é que pode, numa decisão de bancada, veja bem, numa decisão de bancada, e a nossa Bancada ultimamente não tem primado pelo cumprimento das decisões de bancada.

Eu não sei como é, não sei sinceramente, como é que de repente se mudam as coisas e não sei como é que os nossos Colegas que vão votar novamente a favor desse Substitutivo, terão coragem de enfrentar os palanques em 86, porque novamente e com a sucessão presidencial que se avizinha, que nós acreditamos que será da Aliança Democrática com Tancredo Neves, que mais uma vez, a nossa pregação tem sido a pregação da moralidade e a pregação das mudanças, como é que nós vamos em 86 novamente enfrentar os olhos e a cara dos eleitores do Paraná, votando neste Substitutivo, que, acima de tudo, tem o interesse principalmente da Casa Civil aqui na Assembléia. É mais uma vez, a interferência do Executivo no Parlamento, e é mais uma vez o desluzo da dignidade e da defesa do Parlamento, que nós todos e principalmente nós que defendemos aqui nesta Assembléia, e não é por aí, nobre Deputado, não vai ser e eu disse e reafirmo, não vai ser "votando com as nádegas", como disse o Presidente Nacional do nosso Partido, não vai ser votando subservientes que nós vamos fazer com que voltem as prerrogativas do Parlamento brasileiro.

Não é por aí que passa a liberdade, não é por aí que passa a legalidade e não é por aí que passa a volta do "estado de Direito" do nosso País.

A Assembléia Legislativa do Paraná e a nossa

Bancada, deve se envergonhar profundamente, com o maior "chuncho" realizado nesta Assembléia, nos últimos tempos. Que se registre, nesta tarde, no seu pronunciamento e no nosso aparte. Brilhante o seu pronunciamento, nobre Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR — Obrigado, ilustre Deputado José Antônio Fonseca, até porque fizemos a campanha, baseada na certidão do Líder do Governo e da Bancada do Sr. Deputado Nilso Sguarez, nosso Líder, nosso companheiro de Bancada. Fomos às praças e aos palanques apresentando uma certidão de quinze anos de serviços não prestados pelo candidato de então, Saul Raiz. Esta foi uma das principais imoralidades que nós apresentamos e denunciámos ao povo do Paraná e hoje me surpreende que esta mesma bancada e esta certidão exibiram nos palanques e nas praças públicas, venham hoje até em desrespeito ao Supremo Tribunal Federal, para que esta imoralidade se perpetue.

É uma tristeza na minha alma, sentir ou viver com esta subserviência de uma bancada comprometida, principalmente com o povo e com os anseios do povo do Paraná.

(Tímpanos). (Assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradecendo este minuto, que pode ser também um minuto de inspiração para esta bancada honesta, para esta bancada competente, para esta bancada que tem o compromisso maior com a honorabilidade do povo do Paraná, que tem um compromisso muito grande com as necessidades dos trabalhadores do Paraná.

Meus companheiros, o PMDB já tão descaracterizado pelos "Sarneys", pelos "Falcões" e pelos "Neys Bragas" da vida, não vamos mais descaracterizá-lo aprovando esta imoralidade que só beneficia poderosos. Vamos dizer, poderosos, basta de sede; deixem os pobres também beberem um pouco d'água.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra, o nobre Deputado Acir Mezzadri, por dez minutos.

O SR. ACIR MEZZADRI — Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ocupo a tribuna no dia de hoje para externar nossa preocupação com uma região do Estado, que através de suas lideranças pretendem tirá-la do esquecimento. Falo do Vale da Ribeira paranaense, situada na área Nordeste do Estado, entre Curitiba e a divisa com o Estado de São Paulo. O Vale da Ribeira tem como seu eixo principal, a Estrada da Ribeira, BR 476.

A região é montanhosa, de acesso difícil e de população rarefeita.

Todavia, nas obras de suas montanhas, o Vale da Ribeira paranaense esconde uma riqueza mineral impressionante.

Cerca de 30% do chumbo metélico produzido no Brasil, vem das jazidas situadas no Município de Adrianópolis, na divisa com o Estado de São Paulo.

Quanto à fluorita, outro mineral que o Brasil importava, 40% das reservas conhecidas estão no Vale da Ribeira e começaram a ser exploradas agora, graças aos esforços de um grupo de empresários paranaenses.

Há boas perspectivas de que em breve esse recurso mineral básico para a indústria, possa ser exportado.

Também o cimento representa outra grande riqueza do Vale da Ribeira paranaense.

Ali estão as melhores jazidas de matéria prima do País, e no conjunto do grande Vale (parte do território do Paraná e de São Paulo), três fábricas de cimento já operam regularmente.

Além do mais, o aproveitamento do relevo acidentado do Vale da Ribeira, permitiu ainda, que ali se desenvolvesse uma grande reserva florestal, com mais de 150 mil hectares de "pinus eliottis", árvore que se ajusta ao clima da região.

Outro grande potencial a ser explorado no Vale da Ribeira é o turismo, com os acidentes naturais, como a Gruta de Campinhos próxima a Curitiba.

Contudo, Senhores Deputados, a região foi esquecida.

A BR 476, entre Adrianópolis e Curitiba, é uma rodovia federal em terra, e está em seu leito natural desde quando foi construída pelos Batalhões de Engenharia do Exército, na década de 1930/1940.

Como a estrada é federal e a União não mais cuida dela, daí porque da Ribeira Paranaense é castigada por um subdesenvolvimento exasperante.

Há um bolsão de pobreza em meio a fartura. O lado paulista é bem servido por estradas asfaltadas e vai desenvolvendo todo seu potencial graças aos recursos repassados que estão sendo injetados pelo Governo paulista.

Há necessidade de ser desenvolvida com vigor e urgência um programa específico voltado para a Caprinocultura e animais de pequeno porte, bem como dentro das novas diretrizes do Governo do Estado, um projeto também destinado ao desenvolvimento da Citricultura, atividade que se adapta bem a região, notadamente com vistas a beneficiar os pequenos e médios produtores.

A população local, desesperançada de melhorias que não chegam há décadas, vai se deslocando para as cidades grandes, onde passam a ocupar favelas.

Faço um apelo ao Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para que a BR 476, trecho Curitiba Adrianópolis, seja colocada em caráter prioritário para fins de pavimentação.

De minha parte, estou me empenhando também junto ao Governador do Estado, para que coloque essa rodovia no seu programa de obras. Mas o Estado só pode intervir na Estrada da Ribeira,

se autorizado pelo Ministério dos Transportes.

Por isso, o Governo Federal, a partir do momento em que for dada prioridade à estrada da Ribeira, sejam repassados recursos para o Estado realizar a obra, sob a modalidade de convênio.

O Governo Federal nos deve essa obra, haja vista que muitas rodovias federais são interrompidas quando a construção chega às divisas do Paraná.

Assim acontece com a BR 476, com a 153 e com a BR 101.

Precisamos integrar o Vale da Ribeira paranaense ao esforço geral de desenvolvimento do Paraná.

Pavimentar a Estrada da Ribeira, BR 476, no seu trecho paranaense, mais do que uma necessidade, é resgatar uma dívida de décadas que não pode mais ficar esquecida nos desvios de nossa história."

O Sr. Orlando Pessuti — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, principalmente quando trata da região do Alto Ribeira no Estado do Paraná.

E atentei, principalmente, quando Vossa Excelência abordava aspectos ligados à agropecuária e que formulava as questões ligadas ao desenvolvimento da caprinocultura, da ovinocultura e, principalmente, no que diz respeito à citricultura. Todos nós sabemos e temos acompanhado a nível de Estado do Paraná, a luta que temos desenvolvido — não só nós — mas o Governo como um todo, para implantarmos um efetivo parque citrícula em nosso Estado. E esta região, a região do ribeira, ela muito bem se emprega para a exploração da citricultura e um exemplo é o Município de Cerro Azul, representado também por Vossa Excelência.

Gostaria, neste momento, de cumprimentar e me solidarizar, principalmente nesses dois aspectos: na exploração da caprinocultura, também bastante adequada para essa região e no que diz respeito à Citricultura. Também condenar o fato de que o Estado do Paraná tem hoje, três BRs. interrompidas no traçado dentro do nosso Estado. É uma luta que não é só de Vossa Excelência e que eu gostaria que também, junto com os demais Deputados, me somar à essa luta para que essas três BRs. hoje, interrompidas, em sua pavimentação dentro do nosso Estado, pudessem vir a ser pavimentadas no governo do nosso futuro Presidente Tancredo Neves.

O SR. ACIR MEZZADRI — Obrigado pelo aparte

Deputado Pessuti. E conhecedor das dificuldades do Vale da Ribeira, região esta que propicia, sem dúvida alguma, condições favoráveis para que se possa incrementar uma criação de animais de pequenos portes, citricultura e, principalmente, como já dizia, na questão com relação a riqueza em termos minerais que oferece a região.

Não justifica, uma região tão próxima da Capital do Estado do Paraná, estar num verdadeiro abandono, praticamente desligada da nossa Capital, do nosso Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Consulto

à Liderança do PMDB se fará uso do Horário que lhe resta. (Pausa). — Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Péricles Pacheco, por dez minutos.

O SR. PÉRICLES PACHECO — Sr. Presidente,

Srs. Deputados. (Lê):

"As múltiplas atribuições da vida parlamentar comportam também, em certas ocasiões, a expressão de gratidão, de reconhecimento a homens que, embora no consenso da Nação, não tenham se notabilizado por feitos administrativos extraordinários em seus governos, desempenharam um papel histórico. Um papel histórico que, por dever indeclinável de consciência, o legislador — representante do povo e caixa de ressonância do pensamento popular, deve proclamar, com vistas à História. Uma expressão de reconhecimento que visa muito mais do que o registro nos Anais desta Casa.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao papel exercido pelo Presidente da República, o Excelentíssimo Senhor General João Baptista de Oliveira Figueiredo, homem que soube, a despeito de todos os percalços e pedras encontradas no seu caminho, manter-se fiel àquele juramento antológico, histórico, de importância transcendental para 130 milhões de brasileiros: "JURO FAZER DESTA PAÍS UMA DEMOCRACIA".

Os gregos, que todos nós aprendemos a venerar desde os bancos escolares como os pais da democracia — deste conceito de democracia encontrado nos países de instituições estáveis, perenes, nos legaram um exemplo inquestionável de governo do povo, com o povo e pelo povo.

A História também nos aponta, no entanto, que as pedras basilares da democracia montada pela cultura helênica, não conseguiram impor valores de sobrenatural respeito ao cidadão, ao ser humano, como como o da libertação dos escravos. Os gregos da antiguidade, pais da democracia, fizeram o experimento inicial, montaram todas as pedras de esquina dessa grande contrução democrática. Mas mantiveram igualmente estável a existência de seus servos, homens e mulheres que viveriam toda uma vida em posições subalternas. Cidadãos, enfim, de segunda categoria.

A cultura judaica, sobre a qual se montou a nossa tradição cristã, igualmente aceitava o homem como servo. Um escravo, enfim tal como o tivemos — de triste memória, na História do Brasil. As cartas de São Paulo Apóstolo, examinadas à Luz da Sociologia, mostram-nos uma aceitação passiva — como fato consumado da existência desses servos, desses cidadãos de segunda categoria, nos primórdios do cristianismo.

Estas digressões têm uma finalidade: em primeiro lugar, lembrar, dentro do espírito do Natal de Jesus Cristo, que foi com a mensagem do carpinteiro de Nazaré que a História começou a registrar um novo conceito de respeito ao homem e a seus valores transcendentais. Fazendo o homem agente da

História e da sua história em particular, na medida em que se libertava de grilhões opressivos de sociedade injustas e também se libertava, pessoalmente, de suas cargas de desencontros espirituais e psicológicos.

Em segundo lugar, estas digressões que hoje faço, querem registrar a capital importância que brasileiros de todas as correntes políticas atribuem a esta aurora de novos tempos, que começamos a vislumbrar, com a alternância do poder central garantia, fundamentalmente, por um homem que se faz merecedor de todo o apluso da Nação brasileira.

Sabemos todos nós, com a melhor consciência crítica, que esta passagem que veremos se consumir a 15 de janeiro de 1985, com uma liderança civil assumindo a Presidência da República, num pleito que não é mais questionado nem pelos grandes opositores de João Figueiredo, **NÃO SIGNIFICARÁ UM MILAGRE. NÃO PASSAREMOS DA NOITE PARA O DIA, DA CONDIÇÃO DE PAÍS EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A CATEGORIA DE PAÍS RICO.. NOSSA DÍVIDA EXTERNA, IGUALMENTE, NÃO SERÁ OBJETO DE QUALQUER PASSE DE MÁGICA A COLOCAR-NOS EM POSIÇÃO DE LIBERTOS DE BILHÕES DE DÓLARES QUE TOMAMOS EMPRESTADOS AOS PAÍSES RICOS, NEM SEREMOS INGÊNUOS EM IMAGINAR - COMO ALGUNS PARECEM ACREDITAR - QUE ESTA AURORA DOS NOVOS TEMPOS FARÁ DESAPARECER O QUADRO DE CONTRADIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS EXISTENTES NA VIDA NACIONAL.**

Mas estamos certos que João Figueiredo fez-se fiador de um grande pacto social, de uma abertura política iniciada no Governo Geisel e que evoluiu até feitos notáveis, como a volta dos banidos políticos ao convívio com seus patrícios no Brasil; a anistia ampla; a eleição dos governadores de oposição ao atual Governo central, empossados apesar de todo clima de suspeitas e dúvidas orquestrado por aqueles a quem nunca interessou o restabelecimento da democracia plena no Brasil. Isto sem mencionar a plena liberdade de imprensa.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro deste espírito de concórdia que o tempo de Natal infunde nesta grande maioria cristã do povo brasileiro, queremos patentear nossa gratidão àquele que soube manter-se fiel à sua palavra, alinhando-se com os anseios de todo o povo brasileiro, e cujo nome é João Figueiredo.

Agora que este homem do Palácio do Planalto deve estar sentindo na carne, **NESTE CASO DE SEU GOVERNO, A SOLIDÃO PRÓPRIA DOS QUE COMEÇAM A ESVAZIAR SUAS GAVETAS, É A HORA QUE IMPORTA PLASMAR O RECONHECIMENTO DE NOSSAS BASES POPULARES.** O Reconhecimento não de um gesto heróico, porque a democracia que agora vemos se tornar plena é, basicamente, conquista de toda a Nação brasileira. Conquista de homens de todas as siglas partidárias, menos daqueles que, naturalmente, devido a um espírito dissociado dos reclamos populares e ausentes da marcha Histórica, lutaram para que essa página não fosse virada.

Nosso reconhecimento a João Figueiredo tem um certo sabor de quem com ele compartilha das dores e dissabores que lhe deve ter custado o papel de fazer-se fiador do processo democrático. Um fiador que honra seus compromissos até o fim, contrariando até amigos, contrariando, quiçá, forças para nós ocultas mas sem dúvidas - é o que se deduz à luz do bom senso - extremamente poderosas e envolventes...

A contabilidade final deste Governo, que se encerra, na prática, com a eleição do próximo Presidente da República, a 15 de janeiro de 1985, deve, pois, ser mensurada por valores que não apenas o de números de obras e a eficiência administrativa num todo.

Há uma contabilidade objetivamente mais valiosa, que a Nação reconhece, o povo aplaude, os homens públicos que se notabilizaram pela oposição a João Figueiredo jamais deixam de declinar. Ela entra na coluna de **CRÉDITOS**. E entra, definitivamente, para a História do Brasil, de uma História que todos estamos ajudando a a construir. Uma história que, acredito, avaliaremos em sua exata dimensão no correr dos próximos anos, com o espírito crítico necessário, com o distanciamento crítico essencial, com a tranquilidade e o equilíbrio científico que a Ciência História sabe registrar.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando Governos eleitos... por partidos que fazem oposição ao Governo João Figueiredo - como o fez o Governador José Richa -, anunciam sua intenção de exaltar publicamente o papel histórico do Presidente da República, neste quadrante da vida brasileira, não há como este parlamentar fugir a um indeclinável dever de consciência, plasmando também seu reconhecimento ao primeiro magistrado da Nação.

Esta é a hora, acredito com toda a convicção, de voltar as costas ao passado, e como na passagem evangélica que fala daqueles curados pelo Cristo, fazer uma meia volta e dizer: **OBRIGADO**".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do Horário que lhe é reservado.

Por vinte minutos com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar de tudo que se tem falado a respeito, da onda de protesto surgida entre os agricultores e até de ameaças de um boicote contra a política governamental no setor, as estatísticas levantadas pela Secretaria da Agricultura mostram que a situação não é tão difícil como querem demonstrar os defensores dos privilégios da lavoura.

Naturalmente não teremos este ano uma produção recorde em nosso Estado, mas prevê-se um aumento mínimo de 8% para esta safra de 1984/1985. Isto dá a entender que pelo menos

alguns dos problemas surgidos com a retirada dos subsídios e escassez de créditos foram resolvidos. Ou será que o crédito subsidiado estava sendo usado para especulações financeiras, em lugar da aplicação no plantio e comercialização, como destinado pelo Governo?

É claro que os pequenos produtores mais uma vez ficaram prejudicados com as medidas restritivas destinadas aos grandes. Eles realmente ficaram descapitalizados, sem condições para expandir, ou mesmo até manter o mesmo ritmo de produção. O resultado é que as lavouras típicas do pequeno proprietário sofreram diminuição de área de plantio e podem também apresentar uma produção menor. As estatísticas estimam queda de 11% na produção de batata das águas, 7% na de feijão das águas, e 14% na de tomate, além disso houve queda de quase 20.000 hectares no plantio do arroz, cuja colheita se apresenta com boas perspectivas, somente em comparação com a do ano passado, quando ocorreu uma quebra significativa.

Na realidade, há muito não venho defendendo a política agrícola federal. Já, por algumas vezes, tenho assumido essa tribuna para denunciar medidas que apenas favorecem alguns, em detrimentos de outros. Mas também, não posso deixar de reconhecer que, no momento em que se adota algumas tímidas posições, para diminuir os privilégios dos mais favorecidos, há uma grita geral.

São estes mesmos, aliás, que continuam se beneficiando da situação. Como exemplo, podemos lembrar que a recente queima de feijão, ocorrida em São João do Ivaí, segundo informações recebidas pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), foi liderada por intermediários interessados em obter lucros, que o Governo destina somente a agricultura.

O volume de tais negócios praticados contra nossos pequenos e médios agricultores é tão grande que já preocupa tanto o Governo Estadual, quanto o Federal. A Secretaria da Agricultura afirma que detectou o "livre trânsito de atravessadores e intermediários, que adquirem o feijão a preços aviltados", por isso se apressa a instruir os lavradores a não venderem seus produtos a qualquer um.

Por outro lado a CFP, aproveitando o maior valor do preço de garantia, vem alertando que não compra produto de intermediários. Se algum desses for pego com documentação falsificada, poderá sofrer processo criminal, além do descredenciamento permanente.

O problema é que os bancos autorizados a negociarem as AGFs não têm agilizado o processo como se esperava, depois que a CFP conseguiu a abertura de crédito do Banco Central. Por isso apelo ao bom senso do nobre Deputado, principalmente daqueles que conhecem profundamente o problema.

Em primeiro lugar, precisamos organizar uma política de defesa do pequeno agricultor. E nisto louvo a iniciativa da Secretaria da Agricultura, ao apresentar programas de manejo integrado do solo, agricultura alternativa, o uso da tração animal

e outros. Mas é necessário ainda mais, pois nos últimos dez anos perdemos cerca de 200 mil propriedades rurais de pequeno porte. Só nos últimos 5 anos a área plantada no Estado diminuiu de 8.636.760 hectares, na safra 79/80 para 7.587.586 hectares, na safra 83/84.

Em segundo lugar, precisamos limitar a ação do intermediário, a um nível em que ela seja benéfica à sociedade. Sob hipótese alguma podemos permitir que continue a ocorrer o que se vem registrando nas zonas rurais do Paraná. Como exemplo, cito o caso de Contenda, onde o agricultor está vendendo, no momento, a batata a Cr\$ 17.000 ou, na melhor das hipóteses, a Cr\$ 18.000 a saca, o que significa Cr\$ 300, o quilo. O intermediário, que tem apenas o serviço de buscar o produto na roça, e muitas vezes nem leva, vende na CEASA a Cr\$ 26.600 chegando em alguns casos a Cr\$ 30.000 a saca, ou Cr\$ 500 o quilo. Tudo isso por batatas que chegam ao consumidor curitibano por cerca de Cr\$ 700 o quilo, ou seja, mais de 100% de valorização sobre o preço original. É possível continuar assim?

Se olharmos a questão do alho nacional, a situação é ainda pior. Ele sai do agricultor de Maringá a Cr\$ 1.800 o quilo, veja bem, Cr\$ 1.800 o quilo. Mas, chega ao consumidor de Curitiba por Cr\$ 9.600 o quilo. Estes são dados de pesquisa do Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura.

Acredito sinceramente, que a ação destes que podem ser classificados como vândalos da nossa agricultura é mais nefasta que a própria tecnocracia corrosiva que domina a Nação.

Há necessidade urgente de se mudar o estado coisas. Precisamos criar normas para a atuação do comércio intermediário de produtos agrícolas.

Como cristão, apesar de grande defensor da iniciativa privada, e talvez, por esse mesmo motivo, não posso deixar de deplorar que homens inescrupulosos usem-se do capitalismo para oprimir seus semelhantes, deixando-as à fome. Eles, na realidade, contribuem muito mais para a causa do totalitarismo ateu, que qualquer subversivo, com seus panfletos em escolas públicas".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não acompanhei a leitura que Vossa Excelência colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência que é um Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado que dispensa do cumprimento da jornada de trabalho diária, sem prejuízo de seus vencimentos os funcionários que estiverem prestando concurso vestibular.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a inversão para discussão e votação das matérias da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - A inversão de qual projeto?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência, o requerimento solicita, conforme o Regimento Interno, a inversão para discussão e votação da matéria constante da Ordem do Dia de hoje. Está em votação. **Aprovado.**

O Sr. Gilberto Carvalho - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Solicito aos Senhores Deputados que retomem às suas Bancadas.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

41 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e deliberação. A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo a solicitação do Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

(É procedida a verificação de votação).

27 Senhores Deputados aprovam; 6 Senhores Deputados rejeitam. Está aprovado o requerimento.

Atendendo o requerimento de inversão de votação aprovado pelo Plenário, está em 2.ª Discussão o Projeto de Lei n.º 328/84.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 328/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 237/84), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7.732, de 07/10/83 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 328/84

PARECER:

O projeto de lei em exame tem origem na Mensagem Governamental n.º 237/84 e objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21/05/69, modificada pela Lei n.º 7.732, de 07/10/83 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Conforme a justificativa que acompanha a Mensagem Governamental, as alterações introduzidas pela Lei 7.732, de 07/10/83, visavam corrigir inúmeros problemas decorrentes da aplicação da Lei n.º 5.944, de 21/05/69.

Entretanto, a nova lei acusou dificuldades, face a impossibilidade de todos os Oficiais cumprirem o requisito imposto quando a arregimentação.

Buscando corrigir tais distorções e evitar possíveis tolhimentos de direitos promocionais, um anteprojeto de lei foi devidamente encaminhado para o competente pronunciamento da Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM). Ao mesmo tempo, a IGPM baixava novas diretrizes, estabelecendo funções e situações consideradas como arregimentadas no âmbito das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O Projeto de lei em questão obedece, portanto, não só aos mais altos interesses da Administração e aos anseios de promoção e ascensão funcional dos Oficiais, como também, se encontra perfeitamente adequado às diretrizes baixadas pela IGPM.

Por outro lado, a matéria não possui qualquer óbice da natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o seu trâmite.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o nosso Parecer.

Sala das Sessões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 328/84

PARECER:

Oriundo do Mensagem Governamental n.º 237/84, o presente Plano de Lei tem por objetivo alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado e dá outras providências.

A presente matéria se faz acompanhar de ampla explanação de motivos elaborados pelo Senhor Governador do Estado, como também a minuciosa apreciação fornecida pela Inspeção Geral das Polícias Militares.

Quanto a sua legalidade e constitucionalidade a Douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente.

No âmbito desta Comissão que é o de julgar a sua parte financeira, não encontramos nada que venha obstar sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos por sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 379/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 288/84), que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.305.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões de cruzeiros) alterando o vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 378/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 287/84), que objetiva alterar a Tabela de Taxas a que se refere o Art. 25 (itens 8.1 13 e 14 do Anexo 1), da Lei n.º 7.811, de 29/12/83. (Taxa de serviços cobrados pelo DETRAN). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário de n.ºs 01 e 02, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, bem como a de n.º 2, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE N.º 01
AO PROJETO DE LEI N.º 378/84

Acrescenta-se ao art. 1.º o seguinte parágrafo:
"Art. 1.º -

§ - Não se aplicam ao DETRAN os dispositivos e atos complementares referentes à cobrança de taxas previstas na Lei n.º 7.257, de 30 de novembro de 1979".

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamto: Nilso Sguarezi, Ivan Gubert, Péricles Pacheco e Jorge Maia Filho.

EMENDA DE N.º 02
AO PROJETO DE LEI N.º 378/84

O Parágrafo 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1.º - As taxas de serviços a que se referem os anexos II e III, deverão ser recolhidas diretamente ao DETRAN e se constituirão em receita própria da autarquia, excetuado o percentual de 10% (dez por cento) que, por força do Art. 4.º da Lei n.º 7.812, de 29 de dezembro de 1983, se destina a programas de Assistência ao Menor, que deverá ser depositada em Caderneta de Poupança do Banco do Estado do Paraná, até que seja regulamentada sua aplicação".

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Hermas Brandão, Orlando Pessuti, Ferrari Júnior e Tadeu Lúcio Machado.

Está em discussão o projeto e as emendas. Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda n.º 01. **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 02. **Aprovada.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 377/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 285/84), que objetiva alterar a redação do art. 2.º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 7.813, de 29/12/83. (Autorização no sentido de que o Poder Executivo possa realizar operações de crédito, bem como a prestar garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos e externos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 375/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 284/84), que objetiva majorar a partir de 1.º/01/85, os vencimentos de Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado.**

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 175/84), que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08/01/80, com redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04/07/84, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA;**
O SR. ROBERTO REQUIÃO (Pela Ordem) - Eu

só queria que a Mesa me informasse se existe um requerimento de minha autoria, em poder da Presidência, pedindo votação nominal para esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência que o requerimento de Vossa Excelência será anunciado, por ocasião da votação da matéria.

Está em discussão o Substitutivo. Em votação

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei n.º 222/84, constante da Ordem do Dia de hoje. Está em votação o requerimento

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem) - Solicitaria verificação de votação para a aprovação, ou não, deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

30 Senhores Deputados rejeitam; 2 Senhores Deputados aprovam. Rejeitado.

Em votação o Substitutivo Geral de Plenário ao Projeto de Lei n.º 222/84.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, em um melancólico fim de Legislatura, a Assembléia Legislativa do Paraná se prepara para "malufar". E, "Malufar" não é o que gostaria...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) -

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Não é o que gostaria de acreditar...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem).

Senhor Presidente, o que é que tem o grande brasileiro Paulo Maluf, com o problema do Deputado Requião? Vossa Excelência deve cortar a palavra desse homem, que não sabe o que está falando. Maluf é Maluf...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa deixa de atender a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - A não ser que Vossa Excelência queria tumultuar o "negócio" Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra, o Senhor Deputado Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - "Malufar" não é...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -

(Faz soar os tímpanos)

A Mesa solicita ao Senhor Deputado Gabriel Manoel e lembra a Vossa Excelência que no encaminhamento de votação não é permitida a concessão de apartes. Está com a palavra o Senhor Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Malufar não é o que gostaria...

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)

(Faz soar os tímpanos).

A Mesa mais uma vez faz um apelo e desta vez dirigido pessoalmente ao ilustre Deputado Gabriel Manoel que observe a estrita observância do Regimento Interno da Casa sem o que a Mesa não tem condições de dar continuidade aos trabalhos. Apelo para a compreensão de Vossa Excelência. Está com a palavra o Senhor Deputado Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Malufar, Senhor Presidente, não é o que gostaria de acreditar o meu amigo Deputado Jorge Maia Filho. Malufar não é quem levanta cedo, trabalha muito e deita tarde. A população brasileira aprende a entender este termo, como tradução da complacência e da auto complacência e da mordomia, com o compadrio, com as facilidades ilegítimas das quais se beneficiaram durante estes anos todos, as elites dirigentes.

A Assembléia Legislativa do Paraná, nesse melancólico e nostálgico fim de ano legislativo, se prepara para malufar aprovando a disponibilidade remunerada de alguns membros do Tribunal de Contas. Depois que o PMDB assumiu o Governo na memorável eleição de 15 de novembro, é a primeira vez que vemos a figura do "asponato" legitimada por lei, com ampla maioria que talvez traduza já hoje o que será a Frente Liberal de amanhã, mas esta situação toda, Senhor Presidente, se emoldura numa série de circunstâncias que eu gostaria de registrar.

Se emoldura da desistenciada Bancada do PMDB em discutir com a Federação dos Funcionários o aumento que votamos nesta Sessão Plenária. Se emoldura, Senhor Presidente, no desaparecimento de 180 mil pequenas e médias propriedades rurais nos últimos 10 anos, se emoldura no êxodo de dois milhões e quinhentos paranaenses sem compadres e sem proteção, quer da Frente Liberal, quer dos Deputados que estão consolidando na Sessão de hoje o "asponato" legalizado se emolduramos 800 mil bóias-frias que vagam pelos campos do Paraná sem terra e sem trabalho.

Esta situação, Senhor Presidente, é emoldurada ainda, pela demissão de 40 funcionários do BAMERINDUS que reivindicavam melhorias salariais e que não tinham compadres. 40 funcionários alguns em férias, mulheres grávidas.

Esta situação, Senhor Presidente, pode ser

emoldurada também, pela intervenção do Prefeito Maurício Fruet, ao abrir ontem, o Fórum de Abastecimento Alimentar nesta Assembléia. O Prefeito deixava claro que duzentos mil curitibanos sem compadres, sem cargos no Tribunal de Contas, estão morando nas favelas de Curitiba. E que quatrocentos mil curitibanos, convivem com problemas diários de carência de alimentação.

Sr. Presidente, a crise social se suporta e se agoniza no desespero e na desesperança da população que acaba desaguardando nas ruas. A credibilidade do Parlamento na aprovação deste "asponato" no Tribunal de Contas, está profundamente arranhada e a credibilidade do Parlamento é a própria credibilidade da democracia. A crise social ganha as ruas, quando o Parlamento demonstra a sua tibieza e se consolida no descrédito pela democracia.

O Governador José Richa suportou sua campanha na imoralidade da absurda aposentadoria do candidato a Governador do PDS — Saul Raiz — aposentadoria precoce, prazos ilegítimamente contados. E ele terá nas mãos para sanção ou não, uma lei ilegítima, urdida e engendrada no Parlamento que deveria fiscalizá-lo. A situação se inverte e a esperança da população na capacidade fiscalizadora do Legislador, se transfere em função da negligência e da tibieza deste Poder para as mãos do Governador.

Eu espero que o Governador vete esta barbaridade. No entanto, se isso não acontecer, resta à população o caminho da ação popular e da arguição de inconstitucionalidade. Em conversa telefônica hoje à tarde com o ainda Presidente da Ordem dos Advogados — Regional do Paraná — Dr. Otto Sponholz — tive a garantia de que a Ordem atravessa sua atual e futura diretoria, patrocinará a arguição de inconstitucionalidade. Consultando alguns juristas de nomeada, tive a certeza de que esta situação será liquidada. Certamente. No popular, como exige, a situação: arguição de inconstitucionalidade, é "tiro dado e bugio deitado".

Mal sairá o Parlamento que se subordinou, muito pior sairá a Bancada do PMDB que fechou questão contra emenda e a derrotou uma vez em Plenário e sem que tivesse se reunido, sem que o Líder tivesse convocado a bancada para que o contraditório se estabelecesse, para que as opiniões fossem discutidas.

Repentinamente, os Parlamentares se curvam e prepararam para repetir — tudo — que o povo negou em 15 de novembro.

Sr. Presidente, é a última oportunidade do Parlamento mostrar que tem coluna vertebral. Depois dele se manifestará o Governador e depois do Governador, o povo, pelos instrumentos que o estado de direito lhe garante.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Em votação.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antonio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero fazer minhas as palavras do nobre Deputado Roberto Requião, e mais uma vez para que se registre nos Anais desta Assembléia o meu mais profundo pesar com este substitutivo que a minha bancada e muito bem dito pelo Deputado Roberto Requião se preparava para aprovar.

Nós nos lembramos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a pregação democrática do meu partido entre ontem e mais uma vez hoje, eu me envergonho da minha bancada. Sinceramente, desculpem-me os meus colegas, eu me envergonho da minha bancada, dos meus colegas que ontem e hoje vão votar este substitutivo.

E é de pensar que a minha bancada não se reúne para discutir as coisas a serem votadas em Plenário. (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa interrompe Vossa Excelência por alguns minutos, até que a Mesa se recomponha.

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — Quem

tem um pouquinho de noção de Direito, sabe perfeitamente que a Suprema Corte do País, que é o Supremo Tribunal Federal, através de uma sentença declarou inconstitucional estas aposentadorias precoces no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E, Sr. Presidente, não vai ser a C.C.J. desta Assembléia, não vão ser alguns Deputados, ou a maioria dos Deputados aprovando uma coisa que é inconstitucional, no maior desrespeito à Suprema Corte do País. É uma incoerência. É uma incoerência, mesmo como eu disse para o nobre Deputado Anibal Khury mesmo que esses Conselheiros sejam bonzinhos e tenham grandes padrinhos, mas não se trata de apadrinhamento. Trata-se do acaféamento de uma decisão da Suprema Corte do País. E uma Assembléia não pode passar por cima do Direito.

E o que que nós todos pregamos? E ainda agora eu ouvi as palavras de um Deputado do PDS naquela tribuna, pedindo o restabelecimento da plena democracia neste País. E eu entendo que a plena democracia neste País passa pelo fortalecimento do Legislativo e principalmente do Judiciário. É a independência dos poderes constitucionais. É o Legislativo forte e fiscalizador e um Judiciário que tenha a independência de dar as suas decisões.

E não podemos nós do legislativo, desacatar uma decisão da Suprema Corte do País.

Fica portanto, Sr. Presidente, o nosso registro de que o Parlamento do Paraná não pode dar esse mau exemplo para o resto do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Bancada do Partido Democrático Social vota esta matéria com a mais absoluta coerência. Em primeiro lugar, porque a lei que originou as aposentadorias que estão sendo discutidas, e que acabam por determinar esta medida legal que cria a figura da disponibilidade, foi votada unanimemente na Legislatura passada, pelos Deputados do PDS e do PMDB, conforme se pode constatar numa consulta aos Anais desta Assembléia Legislativa.

Fez-se uma abusão à aposentadoria do Sr. Saul Raiz, neste plenário. Também se aludiu à campanha moralista do PMDB, nos tempos que se procurava afinar com os anseios populares, nos idos recentes de 1982. O Tribunal de Contas foi sempre, na verdade, uma temática muito importante para os debates deste Parlamento. Governadores anteriores foram acusados de instalar, no Tribunal de Contas do Paraná, políticos fracassados da Arena e do PDS. É bom que as memórias sejam refrescadas e é bom que os Anais desta Casa registrem, mais uma vez, que na primeira oportunidade que teve, o Governador José Richa indicou, para uma função no Tribunal de Contas, a função de Conselheiro do Tribunal de Contas, nada mais, nada menos, de que se amigo pessoal, político do seu partido, ex-Presidente do seu partido, possivelmente compadre, o ex-Deputado João Olivir Gabardo.

E qual foi o procedimento do ex-Presidente do partido que pregou, por este Paraná inteiro, a moral pública, a austeridade, o combate às mordomias, o combate ao protecionismo e ao apadrinhamento? Uma das primeiras atitudes do nomeado, do protegido, do Sr. José Richa, foi, se utilizando do dispositivo legal, fazer a contagem para todos os efeitos legais, do mesmo tempo a que tiveram direito outros que passaram pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Ruía naquele momento a nossa esperança. Ruía a nossa expectativa de que neste Estado poderíamos reimplantar o clima de austeridade. Ruía a esperança de todos nós de que no Paraná o PMDB não iria comandar nenhuma atitude que obedecesse ao impulso do companheirismo político - partidário, ou a proteção a políticos, companheiros e amigos do Governador do Estado.

Não nos surpreende, portanto, que a votação seja conduzida desta forma, apesar de respeitar todos os protestos que foram ouvidos. Quero concluir dizendo que a incoerência do PMDB é natimorta, ou melhor, a sua coerência é natimorta, porque incoerente o partido continua sendo, porque há muito tempo o é.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) —

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Acredito que uma das maiores obrigações do Parlamento é exatamente o de respeitar a lei. E nesta oportunidade a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem uma das raríssimas ocasiões para dar uma demonstração efetiva de respeito a uma Constituição, ainda que espúria seja esta Constituição. Mas tem este Parlamento a raríssima oportunidade de respeitar a lei, respeitar o Supremo Tribunal Federal, e os companheiros do meu partido de serem coerentes com o que pregamos no ano de 1982.

Respeito o Deputado Anibal Khury, mas votarei contra o Substitutivo Geral apresentando em plenário, porque vejo nele manifestamente inconstitucional e, além do mais, contraria uma deliberação de nossa bancada. E sou coerente com aquilo que a bancada decidiu há menos de trinta dias, em reunião. Voto contra o Substitutivo Geral porque tenho certeza que o Paraná precisa, mais do que nunca, através do Parlamento, nesta oportunidade, demonstrar que nós viemos realmente para mudar. (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino.

O SR. OSVALDO FURTADO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Para encaminhar) — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Mais uma vez, por motivo das minhas cordas vocais tenho que falar baixinho, porém dentro de mim fala bem alto a minha consciência. Consciência que é com certeza da grande parte do povo do Paraná.

Povo do Paraná que sempre repudiou os chunchos; povo do Paraná que sempre repudiou as mordomias; povo do Paraná que tem as mãos calosas de tanto trabalhar, de tanto sofrer na expectativa permanente de dias melhores.

Este povo não compactuou nos idos de novembro de 1.982 com as mordomias que todos nós condenávamos. O povo do Paraná, Sr. Presidente, disse um basta à política econômica e desastrosa que infelicitou nós e, hoje num Paraná depedrado, num Paraná delapidado e roubado, num Paraná de 350 mil crianças abandonadas ou desamparadas; num Paraná que hoje através da Secretaria de Agricultura tem que despedir as vésperas do Natal 180 pessoas, pais de família por desativação do cancro cítrico.

Este Paraná tão sonhador e tão trabalhador; este Paraná de homens fortes porque tem na alma a

grandeza e a honestidade e a esperança, o sonho; este Paraná que disse ao PDS e à revolução, vamos experimentar outros dias; vamos inovar, vamos conviver com as expectativas; vamos ver se o PMDB realmente cumpre o que promete a todos nós.

O povo do Paraná deu a todos nós o Governador José Richa e o Senador Álvaro Dias e os Deputados Federais e 34 Deputados Estaduais para completar o cenário deste Parlamento, quando há 20 anos a maioria era da ARENA ou do PDS.

Este é um compromisso solene e o povo do Paraná vai cobrar do PMDB. E mais do que a cobrança, o povo também não pode conviver somente de cobranças, porque ele é um povo que trabalha; é um povo que luta; é um povo que vem sendo sacrificado ao longo dos anos.

O povo do Paraná tem que viver também de realizações e esta campanha de 1.982 quando nós nos comprometemos, nos palanques; quando nós nos comprometemos com a sociedade paranaense, nós dizíamos a eles e às imoralidades e às dalcatruas e os desmandos e apoliticalhaque ia ser banida do Paraná.

Este é um compromisso que eu também assumo, como programa do meu partido e eu defendo. Defendo e me afino ao programa do meu partido e com ele sou coerente.

Quando 58 Deputados razoavelmente ou regamente como queiram, remunerados pelo povo para trabalhar por ele, povo, não faz, este Parlamento cai no descrédito da opinião pública.

Senhores, a minha consciência está gritando dentro de mim, pelo amor de Deus, vamos deixar a subserviência na cozinha da nossa casa, mas não vamos trazê-la para este Parlamento!

O Governador José Richa não precisa desta safadeza e o Paraná muito menos!

Aprovar este substitutivo, que é contra, inclusive a opinião do Supremo Tribunal de Justiça deste País, Supremo este, já tantas vezes magoado, já tantas vezes massacrado com a intromissão indevida e inconstitucional, porém ditatorial do Governo da Revolução, este Supremo, hoje, sentir-se-á desafiado pelo Parlamento do Paraná se nós aprovarmos um Substitutivo que é contra um acórdão por eles já prolatado.

Senhores, o Brasil haverá de recomeçar um novo tempo e nós haveremos de ser os caminheiros desta nova jornada, uma nova estrada, uma estrada que haverá de nos conduzir para o pleno Estado de direito com a restauração das prerrogativas constitucionais, com a restauração das prerrogativas do Parlamento Estadual e nacional; nós haveremos de ter um ordenamento jurídico, para podermos reencetar a jornada de reconstrução da Pátria brasileira.

Vinte anos de esquecimento para com o povo, vinte anos em que o povo só teve deveres, nenhum direito, vinte anos em que o povo viveu de sonhos e de expectativa e esperanças de dias melhores, vinte anos de sofrimento, vinte anos de fome, vinte anos de angústia, de sub-emprego e de necessidades mil, vinte anos em que o ensino brasileiro foi massacrado, foi praticamente destruído e a juventude disseminada

numa castração intelectual sem antecedente no Continente latino-americano!

Esta juventude, hoje, o maior percentual eleitoral do Paraná, exige do PMDB a decência prometida em praça pública!

Não vim a este Parlamento para ser conivente com nenhuma mordomia ou imoralidade, sou a favor de salário justo, sou a favor de que os funcionários, por exemplo, celetista da Assembléia, tivessem um aumento; um percentual melhor, sou a favor que todo mundo ganhe um salário digno, mas, não sou a favor que ninguém, numa Nação de desempregados receba salário sem trabalhar!

Que fique lá em disponibilidade, disponibilidade de quem? E para quê? Disponibilidade só pode ficar, neste País os homens que trabalharam os anos para adquirir a aposentadoria, estes sim, merecem o nosso respeito o nosso apoio e uma política salarial mais justa!

Agora, ficaremos aqui a apoiar e votar mordomia para três tubarões que sempre se locupletaram do Poder, isto é uma imoralidade! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo para encaminhamento de votação são 10 minutos, improrrogáveis.

Continua em votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não pretendia fazer uso da palavra em torno desta matéria. E sei que inúmeros Deputados da Bancada do PMDB votarão contrariamente a esta matéria.

Não se manifestaram, e não pretendiam, evidentemente, alongar este debate.

Mas, indiscutivelmente, do debate é que nasce a luz, é que se pode encontrar uma saída, uma fórmula. Quero destacar, abertamente, que votarei de acordo com a orientação da Liderança da Bancada do PMDB.

Sei que se a determinação for para uma votação favorável, haverá motivo suficiente para que haja esse tipo de votação. Não tenho motivos para duvidar da Liderança da minha Bancada, muito menos do Governador José Richa. Contudo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é preciso colocar a coisa no seu devido lugar. Tem muita gente aqui de dando de "virgem", e de "virgem" é que não tem nada.

O Deputado Roberto Requião, fazendo uso da palavra, agrediu, inclusive, a Bancada do PMDB, sem, ao menos, saber a posição individual de cada um dos Deputados do PMDB.

Ora, é sabido da prática constante de demagogia das mais rasteiras, por parte desse Deputado, Deputado que falou em imoralidade. Ora, imoralidade não seria somente votar esta matéria, se votar esta matéria for imoralidade; imoralidade é também apanhar na cara e não reagir.

Destaco ainda, que o Deputado Roberto Requião, que nos agrediu a todos, quando citou a Bancada do PMDB, ele briga, há dois anos, desde que nos elegemos, com as empresas de ônibus de Curitiba, as empresas de transporte coletivo de Curitiba.

Demagogia da mais barata, da mais rasteira! Porque eu não acredito que um Deputado, qualquer Deputado nesta Assembléia, por mais traquilo, por mais calmo, por mais tranqüilo até que seja, não acredito que ele não tenha um pouco de força, para, pelo menos, naquilo que ele entende de errado, consertar, pelo menos, em parte.

E o Deputado Roberto Requião, que corre de jornal em jornal a frutificar os seus companheiros de bancada, está há dois anos, falando de ônibus, tentando trazer um alento àqueles que utilizam o transporte coletivo, mas, na verdade, de eficiente de verdade, não fez coisa nenhuma até agora, a não ser distribuir suas cartas nas suas malas diretas.

É preciso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que o período da virgindade já passou; a linguagem de campanha ela tem a sua hora, o seu momento, o seu lugar.

Hoje, o PMDB é Governo no Estado do Paraná, e ilustres Deputados da Bancada do PMDB que criticaram os companheiros de bancada, não são tão puros assim, como querem fazer parecer. Quantos Deputados desta bancada, quantos? Acho que todos criticaram duramente o Colégio Eleitoral, expúrio, vergonhoso, noventa que é. E hoje aplaudem a vitória de Tancredo Neves numa eleição indireta. Onde está a ilegalidade, a imoralidade do Colégio Eleitoral.

Muitos dos ilustres Deputados que criticaram duramente a Bancada do PMDB nesta ato, criticavam, também, a eleição de Prefeitos da Capital. Eleger Prefeito da Capital pela Assembléia Legislativa é uma imoralidade, é uma vergonha, isso é coisa para PDS, mas os 34 Deputados do PMDB votaram no atual Prefeito de Curitiba. Daí eu lembrar que não existe o período da virgindade já passou. E há pouco lembrava o Deputado Airton Cordeiro, e com muita propriedade colocava a bomba para explodir no lugar certo. Lembrava muito bem, que todos os Deputados da Bancada do PMDB, junto com os Deputados da Bancada do PDS, votaram no Senhor Olivir Gabardo para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Então gente, fazer uma manifestação agredindo os companheiros; é muito fácil, é muito tranqüilo. Mas é bom que se dê trato à "bola", que se dê tratos à memória, e que se volte um pouquinho no tempo, para ver os tropeços que cada um praticou.

Existe na Bíblia um projeto que diz: "Não julgueis, para não serdes julgados". E tem muita gente julgando fora de hora.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era o que eu pretendia colocar. Se a coisa continuar nesta maneira vou colocar em outras oportunidades e com mais firmeza, de maneira mais aguda, para mostrar ao povo do Paraná, e à própria imprensa precisa lembrar-se disto que a mocinha virgem de

de ontem, não é tão virgem assim nos dias de hoje. (Sem revisão do orador).

O Sr. Gabriel Manoel - Senhor Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - Eu faço das minhas palavras as palavras do Deputado Ferrari Júnior, com elogio e o reconhecimento de um homem lúcido.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando em 1982 postulávamos uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, nós passamos por um julgamento popular, e aqui viemos na confiança do povo do nosso Estado. Eu não permito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que sejamos julgados por alguns colegas de bancada, a nossa atuação nesta Assembléia Legislativa. Eu tenho, sim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é dar satisfação ao meu povo que me elegem. As decisões são minhas e fazem de mim o meu pensamento e a minha consciência, e eu não posso permitir que julgamentos isto da forma como fomos julgados pelo Deputado Roberto Requião, pelo Deputado Ferrari Júnior e o Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Nós temos na nossa consciência o compromisso e o dever, e desde que ontem votamos a favor da matéria, e se a nossa bancada, através da Liderança, por determinação, nós o faremos da mesma forma. Se for inconstitucional, se for imoral e ilegal, tem o respaldo do Governador do Estado, para que vete este projeto.

É isto, então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a minha colocação que raço, com todo respeito ao Governador do Paraná, José Richa, que é um homem íntegro e certo, que sabe decidir aquilo que é justo para o Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Gilberto Carvalho - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminhando a votação desse Projeto 222/84, Mensagem Governamental n.º 175/84, que objetiva aplicar a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço ao Conselheiros Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, assim como a emenda anexa

em que coloca em disponibilidade os Auditores e Procuradores nomeados e que foram beneficiados com lei anteriormente aprovada por esta Casa, estou com a minha consciência tranqüila.

Nenhum compromisso tenho eu com o Tribunal de Contas, ou com qualquer membro do Tribunal de Contas. O que nós estamos fazendo é corrigindo, é uma medida saneadora, de que esses Procuradores Auditores, nenhuma culpa têm pelo que aconteceu. Não pediram a aprovação da lei. A lei foi aprovada por esta Casa, e por unanimidade, e eles se beneficiaram de uma lei aprovada.

Se o Governo do Estado está de acordo com esta medida saneadora e, consultando os companheiros de nossa bancada, e ouvindo também colegas nossos da Bancada do PMDB, podemos sentir que a maioria está de pleno acordo, com essa disponibilidade, e não vejo porque prejudicar os Conselheiros, os demais que estão aguardando por essa concessão de gratificação e adicional, e, sendo os Auditores e Procuradores nomeados, colocados em disponibilidade.

Não há nenhuma inconstitucionalidade, uma vez que, o Governo sancione esta emenda aqui hoje apresentada. E foi este o motivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós procuramos manter a Ordem do Dia anunciada, em conversa inicial com o Líder da Bancada do PMDB, porque nós sabemos que a maioria das duas bancadas, concordam com a aprovação do projeto. Não vejo nenhuma imoralidade, como já disse e volto a afirmar mais uma vez, nenhum compromisso tenho com o Tribunal de Contas, com os membros do Tribunal de Contas e nenhum interesse tenho em qualquer empresa do Estado, em qualquer órgão, com benefício particular. Por isso, voto, e nós vamos votar com a nossa consciência tranqüila, de que estamos votando uma medida saneadora, e não vejo nenhuma imoralidade, o que nós vemos é pura demagogia, querer alterar e modificar aquilo que já aconteceu e que já foi aprovado por esta Casa, e que está sendo desmoralizada com medidas que tentaram imputar, e que já está em pleno vigor.

Por este motivo, vamos votar de acordo com o projeto, aliás, a Mensagem Governamental, e a emenda apresentada. (Sem revisão do orador).

O Sr. Antônio Annibelli - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Os Presidentes dos Diretórios Zonais do PMDB de Curitiba, da 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Zona, e 145, vêm a público protestar contra a aprovação do projeto de lei que institui o Quadro Suplementar de Disponibilidade do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual objetiva inquestionavelmente

o favorecimento ilegal e imoral dos Senhores Túlio Vargas, Roberto Guimarães e Nilton Puppi, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Esclarece que tal decisão foi tomada após reunião feita no Diretório Regional do PMDB do Paraná, reunidos com o Senador Álvaro Dias.

Apelo ainda ao Senhor Governador José Richa para que veto o projeto caso que seja aprovado pelo bem das propostas do PMDB, em respeito ao seu programa, e também à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Assim os companheiros, Agenor Dias da Silva, Lineu Tomaz, Jorge Bernardi, Edson Feltrin, e Luis Cláudio Romanelli.

Quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não são somente os companheiros do PMDB de Curitiba, mas sim, se fosse feito um plebiscito chamando os companheiros do PMDB do Paraná, para que se pronunciassem Vereadores, Prefeitos, Suplentes de Deputados Estaduais, e Federais, para que fizessem um plebiscito, dizendo se o partido deveria votar ou não.

Tenho certeza que todos esses companheiros do interior do Paraná endossariam essa proposta e esse Manifesto do PMDB de Curitiba.

Na eleição de 82 - e aqui já foi bem dito, que a eleição de 82, a campanha do PMDB foi, em cima do Senhor Saul Raiz, aproveitando um benefício de uma lei inconstitucional, e, talvez, a diferença tão grande de votos em favor de José Richa, deu-se em função até, talvez, das gozações que faziam, em torno, contra o candidato do PDS.

Vejamos, Senhores Deputados, a posição hoje, nacionalmente, de todos os brasileiros, contra a candidatura do Senhor Paulo Salim Maluf, e a favor do Senhor Tancredo Neves! Aqui no Paraná o PMDB que foi eleito pelas bases populares, não poderia, e eu, como representante do povo paranaense eleito pelo PMDB nas últimas eleições, PMDB do Paraná, não poderia votar a favor desse Substitutivo que considero também imoral, e inconstitucional. Acato a decisão do Supremo Tribunal Federal da nossa República, porque ainda acredito em justiça, neste País, e é por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que quero que fique registrado nos Anais desta Casa, a minha posição em favor do PMDB de Curitiba, dos Vereadores, Suplentes, Prefeitos, Companheiros do Paraná inteiro, e vejo que agora, graças a Deus, a maioria da nossa bancada, aceitando as ponderações dos companheiros, não aceitando as críticas do PDS, inteligentemente retira-se do Plenário, para não dar número, para que esta reunião covalide um ato que nós achamos que é imoral, e inconstitucional.

Por isto, Senhor Presidente, fica registrado o voto dos companheiros de Curitiba, os meus companheiros da região Sul, Sudoeste e parte do Norte do Paraná, para que, Munhoz de Melo, Florai, São Carlos, Goioerê, e tantos outros municípios, Santa Izabel do Ivaí que tenho a honra de representar nesta Casa, também.

E daí, companheiros, dizer também que,

após, se votarmos isto, nós estaremos enterrando a nossa consciência e os votos que nos foram dados pela maioria, neste Estado!

Por isto, Senhor Presidente, fica registrada a minha posição e a destes baluartes companheiros do PMDB, não só de Curitiba, mas também do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente é difícil, neste momento, a esta Liderança, assumir a posição que vai assumir.

Tivemos, Senhor Presidente, no curso destes dois anos, com todas as dificuldades inerentes a que esta função nos trouxe, o desgaste inerente ao cargo de Liderança, mas, em nenhum momento, Senhor Presidente, poderemos ser acusados e acredito que seremos acusados - pelos companheiros da bancada do PMDB, de, termos assumido uma posição autoritária. Temos procurado nos pautar sempre, em trazermos a este plenário, o resultado e a determinante de, a onde a maioria da bancada inclinou-se.

Este assunto do Tribunal de Contas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nobre Liderança do PDS, e a opinião pública do Paraná sabe, realmente tem sido um assunto bastante polêmico. Desde que esta matéria chegou à Casa, ela se transformou num assunto bastante polêmico, e a nossa bancada tomou, inicialmente, uma posição que, posteriormente, Senhor Presidente, a fim de que se cumprisse o Regimento Interno, pela maioria de 31 membros desta Casa entre os quais, muitos companheiros do PMDB, subscreveram a emenda do nobre Deputado Anibal Khury, e a matéria veio a Plenário e, por força do Regimento ela hoje é objeto de discussão.

Não posso desconhecer as manifestações que vi aqui por parte de muitos companheiros de minha bancada se manifestarem legitimamente nas suas posições e análises, contrários à matéria.

Por outro lado, Senhor Presidente, sei da disposição de alguns companheiros de votarem favoravelmente a matéria, baseados no princípio de que ao pessoal que se está possibilitando a disponibilidade, lhes assiste também um instituto jurídico, o da "boa fé" incontestável principalmente por um Governo humano. No curso de todos esses anos o PMDB posteriormente porque a figura humana foi relegada a um segundo plano. São famílias, são pessoas que, amparados por uma lei que protestou foi julgada inconstitucional, sofrem o ônus de terem que voltar às suas atividades particulares, quando, Senhor Presidente, estas mesmas pessoas

largaram ou abriram mão até de outras profissões e até de outras posições sólidas que tinham em suas vidas.

Por isso, Senhor Presidente, baseado no princípio que sempre me determinou na Liderança da Bancada do PMDB e considerando ainda, Senhor Presidente que, durante o período de convocação extraordinária haverá tempo hábil para que a matéria possa ser apreciada, que eu possa reunir a bancada e tentar tirar desta bancada uma posição em que a colocação dos companheiros, apresentada hoje no plenário, possa ser considerada e que nós possamos, principalmente a Liderança, possa ter da maioria da bancada uma orientação segura para nós votarmos a matéria, até lá, Senhor Presidente, eu sinceramente não tenho condições de pedir e exigir aos companheiros da Bancada do PMDB que permaneçam em plenário e votem esta matéria.

Assim sendo, Senhor Presidente, baseado neste princípio de que a bancada procurou no curso de dois anos, mesmo quando as matérias da mais alta responsabilidade, muitas das quais inclusive de pontos que nos atritamos até com o Executivo sempre tivemos este princípio basilar que é o princípio basilar do PMDB, de observamos a democracia interna.

Entretanto, em virtude dessas manifestações e em respeito a esses companheiros e para que, internamente na bancada, possamos restabelecer algumas posições, nós vamos convocar a bancada extraordinariamente e na sessão de quinta-feira a quem eu rogo então no encaminhamento dessa votação, que Vossa Excelência convoque e Vossa Excelência haverá de convocar, de vez que a pauta não foi esgotada, numa nova sessão, quando então teremos oportunidade de trazer aqui em nome dessa Liderança a posição que a bancada há de tomar.

Quando inicialmente comecei a falar, disse que é difícil para quem assume a Liderança, assumir a posição de que a Liderança exige, que é o fruto da maioria, e a posição pessoal do Deputado. Aqui não estou dando a posição pessoal minha porque não me é dado neste momento eu colocar a minha posição pessoal e sim a posição de Líder.

Por isso, Senhor Presidente, devo esclarecer a Vossa Excelência que sou compelido, pelas manifestações que recebi a assisti no Plenário, a solicitar dos meus companheiros de bancada que se retirem do plenário a fim de que na próxima quinta-feira nós possamos vir aqui novamente debater o assunto e votá-lo conscientemente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação o substitutivo.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Encaminho dizendo que respeito plenamente todas as colocações aqui feitas, porque cada parlamentar ao fazer a sua colocação usa das prerrogativas que lhe é facultado e caracteriza, assim o regime democrático que nós todos queremos.

Porém, se pretendemos acertar alguns erros que por ventura ocorreram no passado, nós temos que agir sem paixão, com tranquilidade, com seriedade, com prudência e acima de tudo, com equanimidade.

Analisando este fato que está em discussão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Casa de Leis em outro tempo aprovou, por unanimidade, uma lei que deu condição ao Executivo aposentar alguns membros do Tribunal de Contas e, conseqüentemente, na abertura das vagas, o mesmo governo, independentemente de partido político que pertenceu ou que venha a pertencer, este governo preencheu as vagas existentes no Tribunal de Contas. Houve um recurso da Ordem dos Advogados, cujo recurso foi reconhecido pelo Supremo Tribunal e julgou inconstitucional aquela lei.

Este fato, criou um problema. Um problema que cabe aos homens em sã consciência procurar corrigir. E é isto que esta Casa está procurando fazer, no momento. Não vejo nenhuma desconsideração com o julgamento do Supremo Tribunal, esta Casa acata-o, respeita-o. Porém, se o Governo do Paraná tem que afastar os três membros do Tribunal que lá estão e retornaram os que já estavam aposentados, nós sabemos, também, de que a lei assegura aos que devem se afastar das suas funções, o direito de recurso. Porque eles têm um direito adquirido através de uma lei que foi por esta Casa aprovada por unanimidade. E se é que nós pretendemos criar esta dificuldade e este impasse inclusive para o Governo, então a nossa atitude deve ser radicalizada, a nossa atitude. E aí eu digo, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, que os Deputados da Oposição de hoje é que poderiam tirar proveito de posições políticas radicais. No entanto, acho que, em sã consciência, não podemos assim proceder.

Se nós pretendemos corrigir uma falha que houve inclusive de autoria e responsabilidade desta Casa, há necessidade de que tenhamos prudência, há necessidade de que tenhamos responsabilidade para analisar com toda responsabilidade que o caso exige. Aí nós vemos, Senhores Deputados, a necessidade de uma medida paliativa, e a medida paliativa que a mim me parece justa, é a emenda que está em votação. Porque nós vamos dar condição ao Executivo para que ele possa, de uma forma sem maior violência, sem prejudicar ninguém, acomodar uma situação que está legalmente criada.

Nós não queremos que estes três membros do Tribunal e penso que a intenção desta emenda não é esta, de que eles fiquem de braços cruzados percebendo os seus vencimentos. Mas eles poderão por decreto ser dotado em funções que sejam compatíveis com as suas competências. E eles darão o seu trabalho

aonde forem designados, até que nossa se sanar este sério problema que está criado.

Não vejo desrespeito à decisão do Supremo Tribunal. Acatamos sim, mas há necessidade de que seja corrigido este impasse e aí se não desprendermos de todas as nossas intenções e paixões político-partidárias: e nós não nos desprendermos de todo o extremismo possível que se possa colocar neste fato, não acertaremos este episódio.

E aí, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que eu faço um apelo independentemente de sigla partidária. Nós temos é com toda a paciência e inteligência, mostrarmos agora de que esta Casa é uma Casa política e são as decisões políticas, com jogo de cintura, como se costuma dizer, que são corrigidos os grandes impasses surgidos e sem nenhum prejuízo para os cofres públicos, porque estes homens já estão percebendo do Governo do Estado. E se estão percebendo não há nenhuma imoralidade em corrigirmos este fato.

Não há nenhuma inconstitucionalidade porque desde a hora em que fôr sancionado também pelo Executivo, esta medida se torna perfeitamente legal, capaz de ser acatada por todo o povo do Paraná, porque nós estamos aqui corrigindo um erro, não criando nenhuma medida imoral que possa prejudicar este Estado.

E aí fica o meu apelo, o meu apelo respeitando a posição de cada um, mas que pensem, analisem de que nós não estamos abrindo um fato novo, nós estamos corrigindo e amenizando fatos errados que porventura houveram no passado e para isso precisamos ter muita calma, muita coerência e muita inteligência acima de tudo.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o substitutivo geral.

O SR. ANIBAL KHURY - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, eu fui o primeiro Deputado a subscrever o substitutivo e dele não me afasto porque foi um ato de inteira liberdade da minha consciência. Como bem disse o Deputado Carneiro, é apenas a reparação de uma injustiça.

Mas não posso admitir que um Deputado que tem a sua validade apenas porque é irmão de um grande Deputado que está nesta Casa atrelado por uma tragédia, venha a fazer críticas a seus colegas com assento nesta Casa.

Tenho dito com este Deputado, Senhor Presidente, uma paciência incrível. Mas daqui para frente ele terá todas as respostas que ele merecer, quando atacar a minha pessoa.

Uma tragédia o trouxe para esta Casa e espero que na outra ele não venha nunca mais para esta Casa. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação o substitutivo.

O SR. GABRIEL MANOEL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência, que regimentalmente cada Deputado tem direito a encaminhar por uma vez. E Vossa Excelência já o fez.

O SR. GABRIEL MANOEL - Para uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Deputado Aníbal Khury, homem íntegro, homem que orienta a nossa Casa...

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa deixa de acatar a questão de ordem levantada por Vossa Excelência porque carece de amparo regimental. Está em votação o substitutivo. Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, já usou da oportunidade regimental para fazê-lo. O Regimento me proíbe de continuar dialogando com Vossa Excelência. Está em votação o substitutivo.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, senhores Deputados.

Tenho para mim que as discussões já estão praticamente esgotadas nesta reunião de hoje. Mas eu não poderia me calar ao ver o Deputado Airton Cordeiro acusando a nossa bancada e o nosso partido de demagogia rasteira. E não fazemos demagogia, até pelo contrário, procuramos de todas as maneiras encaminhar na mais ampla discussão tudo o que se passa dentro desta Casa. E por isso mesmo é que gostaria de refutar neste instante esta acusação, bem como a levantada pelo Deputado Gilberto Carvalho, quando dizia de que apenas com um aceno de cabeça, não sei se foi bem essa a expressão usada, aprovamos o Orçamento aqui votado.

E o exemplo maior está que a nossa bancada toda, praticamente discutiu, praticamente toda a bancada emcaninhou a votação de hoje.

Vamos discutir ainda e aqui quero prestar um esclarecimento importante. Que não se debite ao nosso líder, Deputado Nilso Sguarezi, as discussões ocorridas hoje. Até pelo contrário. O Deputado Nilso Sguarezi na última reunião de bancada deixou toda a bancada bem à vontade para que votasse com a sua consciência, com a liberdade que o PMDB sempre deu a seus filiados.

Tanto é verdade que hoje ainda há pouco o Deputado Annibelli apresentava uma moção de repúdio até por parte dos cinco Diretores Zonais de Curitiba.

Esta é uma demonstração que nos seis anos que vivo neste Parlamento, não tive a oportunidade de acompanhar, na bancada do Deputado Airton Cordeiro, Deputado Gilberto Carvalho. No PMDB se discute e, por se discutir, é que as opiniões são as mais variadas possíveis. E na próxima quinta-feira a nossa bancada saberá dar a demonstração de grandeza que o programa do nosso partido exige. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o substitutivo geral.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Infelizmente fui diretamente ofendido por um companheiro de bancada. Não faço do meu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa, regimentalmente, está proibida de ouvi-lo numa questão de ordem que não encontra amparo regimental. Vossa Excelência teria oportunidade para expressar o meu posicionamento em Explicações Pessoais, cuja inscrição farei se Vossa Excelência permitir.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, solicitar pela ordem a minha inscrição para a próxima sessão. Se não houver nenhum inscrito para o Grande Expediente da próxima sessão, quero solicitar de público a minha inscrição para me explicar, com direito, ao Deputado Aníbal Khury, também de me apartear.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atenderá desde que não haja inscrição anteriormente solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o substitutivo geral.

O SR. ACIR MEZZADRI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa irá proceder a verificação de votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Responderam à chamada 22 Senhores Deputados. Não há quorum para a deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdomiro Franco de Souza, Vereador do Município de Toledo, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dolores Krajewski, ocorrido no dia 18 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Balduino dos Santos, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 29.º aniversário de emancipação política do Município de Arapoti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Quanta do Sol. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 3.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Juranda. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela

passagem do 20.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Boa Esperança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Posto da Polícia Rodoviária Estadual na Rodovia PR - 488, que liga a BR - 277 ao Município de Santa Helena, na altura de Km. 8. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS", por seus compromissos e encaminhamentos em favor das grandes causas paranistas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Quem Guarda o Guarda", publicado no Jornal "O ESTADO DO PARANÁ". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela nomeação do Doutor Signey D. Zappa para o cargo de Desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Prefeitura Municipal de Toledo, à Secretaria da Educação e ao Departamento de Esporte, pela realização dos IV Jogos Abertos de Toledo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento do trecho que liga o Distrito de Guanabara à BR - 277, no Município de São Miguel do Iguaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela passagem do 30.º aniversário de emancipação política do Município de Chopinzinho. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela passagem do 29.º aniversário de emancipação política do Município de Coronel Vivida. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Jorge Kudri, pela sua reeleição por unanimidade na presidência da Federação Paranaense de Futebol de Salão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações no sentido de esclarecer a esta Casa, se quando da concessão de linhas para o transporte coletivo intermunicipal, foi cumprido o que determina o já referido artigo 21 de nossa Carta Magna Estadual. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo reforma nas escolas estaduais do Município de Cascavel. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo obras de revestimento primário da estrada secundária que interliga o Distrito de Marisa, Município de São Pedro do Ivaí à PR - 546, Município de Itambé, numa extensão de 8 Km. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Jardim Alegre. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a conclusão da Pk - 423, trecho compreendido entre as BR - 476 e BR - 116, que liga os Municípios de Araucária a Mandirituba. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20º aniversário de emancipação política do Município de Pinhão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a urbanização da Rodovia do Xisto - BR - 476 - trecho que abrange o perímetro urbano do Município de Araucária. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Poder Executivo, a fim de que possam merecer o devido estudo e a avaliação quanto as suas aplicações como programa ou meta de governo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do documento intitulado "1985 - Ano I da Democratização da UFPR! Diretas em todos os níveis". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para as solenidades de aniversário do Regimento Coronel Dulcídio, nesta Capital.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando providências no sentido de propiciar à seção do Instituto de Identificação do Paraná, sediada no Município de Londrina, instalações adequadas e pessoal necessário por parte da Secretaria de Segurança Pública. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32º aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Peabiru. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo para que o Governo do Estado assuma o ensino de 1º grau no Município de Cascavel. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoio do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei nº 375/84, e que não sofreu emenda na sua tramitação. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/84

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 377/84, 378/84, 379/84 e 328/84.

Levanta-se a sessão.